

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.338 - MS (2019/0270794-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : AMBEV S.A  
**ADVOGADOS** : ROGÉRIO DE MENEZES CORIGLIANO - SP139495  
SIDNEI AGOSTINHO BENETI FILHO - SP147283  
ALINE CRISTINA DE MIRANDA - SP183285  
VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680  
**AGRAVANTE** : VIACAMPUS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
**ADVOGADOS** : LUIS MARCELO BENITES GIUMMARRESI - MS005119  
JACKELINE ALMEIDA DORVAL CÂNDIA - MS012089  
MANOEL AUGUSTO MARTINS DE ALMEIDA - MS012588  
GIUMMARRESI, DORVAL E MARTINS DE ALMEIDA ADVOGADOS  
ASSOCIADOS - MS000160  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por AMBEV S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL - ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR FALTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - PRECLUSÃO VERIFICADA - PRIMEIRA OPORTUNIDADE NÃO OBSERVADA - PRECLUSÃO - ARGUIÇÃO EM CAPÍTULO PRELIMINAR DA APELAÇÃO - OUTRA INOBSERVÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO AOS AUTOS - PROCESSO ELETRÔNICO - INOCORRÊNCIA - IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO OFERTADA PELOS ADVOGADOS NÃO INTIMADOS - AUSÊNCIA DE BOA-FÉ PROCESSUAL - PREJUÍZO NÃO VERIFICADO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. De início, importante notar que, segundo a regra contida no art. 278 do CPC, a nulidade de atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de incorrer em preclusão, o que não foi observado no presente caso, estando preclusa a matéria. 2. Ainda que assim não fosse, o art. 272, § 8º, do CPC, prevê que a parte deverá arguir a nulidade em capítulo preliminar do próprio ato que lhe cabe praticar, daí que, no presente caso, a parte autora já deveria ter apresentado o recurso de apelação com capítulo preliminar acerca da nulidade, o que não foi obedecido, sendo, por isso, a via inadequada. 3. De outro norte, não se aplica a regra contida no § 9º do art. 272, do CPC, no caso em tela, porquanto com o processo eletrônico não é mais possível alegar impossibilidade de acesso aos autos, não se sustentando, ainda, o argumento de que o processo conta com mais de 500 páginas. Ademais, mesmo após termo de remessa dos autos a este Tribunal de Justiça em

30/07/2018, a agravante conseguiu peticionar no dia 08/08/2018, de forma que era plenamente possível a apresentação do recurso de apelação juntamente com o pedido de nulidade. 4. De outro norte, diante do fato de que todas as intimações constaram o nome de três dos cinco advogados indicados na petição inicial e, mesmo assim, a impugnação à contestação foi subscrita pelos dois advogados que não constaram das intimações, isso demonstra que as comunicações dos atos processuais foram eficientes e cumpriram sua finalidade, não havendo qualquer nulidade a ser sanada. 5. Não é demais ressaltar que as partes devem observar o princípio da boa-fé processual, não sendo possível admitir que ora a intimação seja suficiente para cumprir sua função e depois a intimação realizada da mesma forma não seja adequada, sob pena de restar caracterizado *venire contra factum proprium*, como '07) os bem destaca a parte agravada. 6. Por fim, importante frisar que o colendo Superior O Tribunal de Justiça consagrou entendimento no sentido de que a nulidade do ato somente será declarada quando demonstrado efetivo prejuízo pela parte prejudicada, aplicando o princípio denominado "nullité sans grief" (não há nulidade sem prejuízo), não havendo prejuízo na hipótese. 7. O STJ reconhece a ausência de nulidade na o intimação quando a publicação ocorre em nome de apenas um dos advogados os cadastrados como patronos da parte, exceto quando houver requerimento prévio para que a intimação seja feita exclusivamente em nome de determinado patrono, não se aplicando na hipótese.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 659/677), aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 272, §§ 5º, 8º, 9º e 280, do CPC de 2015.

Alega, em síntese, que "constando 'pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome dos advogados indicados, o seu desatendimento implicará nulidade'". Ressalta que o prejuízo é evidente.

Aduz que a nulidade foi alegada na primeira oportunidade, o que afasta o argumento da preclusão. Diz que a intimação foi feita sem observância das prescrições legais.

É o relatório. DECIDO.

2. Com efeito, nos termos da iterativa jurisprudência desta Corte, é válida a intimação feita a apenas um dos advogados constituídos, ainda que haja pedido expresso para intimação de outros causídicos.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - REGULARIDADE DE INTIMAÇÃO PROCESSUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO EXTREMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. Inexistiu a alegada nulidade processual, tendo em vista que o entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de reputar válida a intimação de somente um dos advogados constituídos nos autos, ainda

que haja pedido expresso de intimação nominal de mais outro causídico. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1.430.572/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 27/06/2016)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 236, § 1º, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE INTIMAÇÃO NO NOME DE DOIS ADVOGADOS. PUBLICAÇÃO REALIZADA EM NOME DE APENAS UM CAUSÍDICO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Os participantes não apresentaram argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial.

2. O entendimento jurisprudencial desta Corte é no sentido de que é válida a intimação de apenas um dos advogados constituídos, mesmo com pedido expresso de intimação nominal de todos eles (AgRg no REsp nº 1.508.124/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 20/5/2015).

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1.541.886/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 9/11/2015)

"PROCESSUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA INTIMAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.

1. É válida a intimação feita a apenas um dos advogados constituídos quando há pedido expresso de intimação de todos eles. Precedentes.

2. Com efeito, "a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, não havendo pedido expresso de exclusividade da intimação em nome de um dos causídicos, como ocorre neste caso, é válida a intimação feita em nome de um dos advogados constituídos nos autos" (AgRg no MS 17.231/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2013, DJe 26/11/2013).

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento."

(EDcl no AREsp 571.034/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 07/10/2014)

Nesse primeiro ponto, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

3. Por outro lado, ao apreciar as questões relacionadas à preclusão e ao alegado prejuízo, o Tribunal de origem assim consignou:

Na hipótese, verifica-se que no decorrer de todo o processo na origem as intimações foram realizadas em nome de três dos cinco advogados da parte autora e não houve qualquer insurgência na primeira oportunidade

em que se manifestou nos autos, tanto é que a impugnação à contestação foi apresentada mesmo não tendo sido intimados os dois causídicos que não constaram das publicações. Bastou nas oportunidades anteriores apenas e tão somente a intimação dos três causídicos que vinham sendo intimados no decorrer dos atos processuais.

Assim, a questão da nulidade da intimação encontra-se atingida pela preclusão na hipótese versada.

Ainda que assim não fosse, o art. 272, § 8º, do CPC, prevê que a o parte deverá arguir a nulidade em capítulo preliminar do próprio ato que lhe cabe o praticar, daí que, no presente caso, a parte autora já deveria ter apresentado o recurso de apelação com capítulo preliminar acerca da nulidade, o que não foi obedecido.

A redação do referido dispositivo é a seguinte:

[...].

Portanto, não tendo a parte apresentado o recurso de apelação com preliminar de nulidade, por ausência de intimação, a via utilizada é inadequada.

Nesse sentido colaciono precedentes:

[...].

De outro norte, não se aplica a regra contida no § 9º, do art. 272, do CPC, no presente caso, porquanto com o processo eletrônico não é mais possível alegar impossibilidade de acesso aos autos, não se sustentando, ainda, o argumento de que o processo conta com mais de 500 páginas. Ademais, mesmo após termo de remessa dos autos a este Tribunal de Justiça em 30/07/2018 (f. 482), a agravante conseguiu peticionar no dia 08/08/2018 (f. 483/484), de forma que era plenamente possível a apresentação do recurso de apelação juntamente com o pedido de nulidade.

Registro que eventual indisponibilidade do SAJ nos dias 10, 17, 20,21 e 24/08/2018, como afirma a agravante, em nada interfere na prática do ato processual, uma vez que este deveria ter sido apresentado antes mesmo dessas datas, período em que não foi comprovado qualquer impeditivo.

De outro norte, diante do fato de que todas as intimações constaram o nome de três dos cinco advogados indicados na petição inicial e, mesmo assim, a impugnação à contestação foi subscrita pelos dois advogados que não constaram das intimações, isso demonstra que as comunicações dos atos processuais foram eficientes e cumpriram sua finalidade, não havendo qualquer nulidade a ser sanada.

Não é demais ressaltar que as partes devem observar o princípio da boa-fé processual, não sendo possível admitir que ora a intimação seja suficiente para cumprir sua função e depois a intimação realizada da mesma forma não seja adequada, sob pena de restar caracterizado *venire contra factum proprium*, como bem destaca a parte agravada.

Por fim, importante frisar que o colendo Superior Tribunal de Justiça consagrou entendimento no sentido de que a nulidade do ato somente será declarada quando demonstrado efetivo prejuízo pela parte prejudicada, aplicando o princípio denominado "*nullité sans grief*" (não há nulidade sem prejuízo).

No caso em tela, não há qualquer prejuízo à agravante, pois, como visto, as intimações foram realizadas em nome de três dois cinco advogados

que assistem a parte, repisando que os dois advogados que não constaram da publicação da sentença apresentaram impugnação à contestação, demonstrando que tinham ciência dos atos processuais, o que afasta por completo qualquer possibilidade de nulidade e prejuízo à parte.

3.1. Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

3.2. Ainda que assim não fosse, o acolhimento da pretensão recursal, a fim de verificar as alegações da parte agravante relacionadas à preclusão e ao alegado prejuízo, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do dispositivo constitucional.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATO DE IMPROBIDADE. CONTRATAÇÃO DIRETA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. IRREGULARIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE ATOS PROCESSUAIS. NÃO INTIMAÇÃO DOS PATRONOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INVIABILIDADE DE REVISÃO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

[...].

5. No tocante à violação do 272, § 2º, do CPC/2015, os recorrentes sustentam a ausência de publicação de atos processuais em nome dos advogados já constituídos nos autos originários. Sobre a controvérsia, a Corte Estadual firmou as seguintes conclusões (fls. 1497-1498, e-STJ): "Contudo, tal fato não justifica a decretação de nulidade parcial do processo, porque não houve prejuízo. Quando publicada a decisão de fl. 888, a Cemig já contava com procuradores constituídos nos autos (fl. 163), de forma que estes tiveram acesso ao conteúdo da referida decisão, como restou comprovado pelo documento que foi apresentado pela própria recorrente (fl. 1.187). Vale destacar, também, que o substabelecimento de fl. 898, juntado tardiamente, se deu com reserva de poderes. Ainda que assim não fosse, os primeiros apelantes, entre eles a Cemig, já haviam se manifestado nos autos, antes da marcação da audiência de instrução, no sentido de que não pretendiam produzir provas e de que a prova documental era suficiente para o julgamento da lide (fl. 663). Após a referida manifestação, houve nova determinação judicial de especificação de provas (fl. 823), mas, independentemente do pedido do formulado pelos primeiros apelantes à fl. 825, a questão já se encontrava preclusa, pois eles já haviam dispensado a produção de prova oral.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Portanto, o fato dos procuradores constituídos por meio do substabelecimento de fls. 898 não terem sido intimados da decisão de fl. 888, em razão do equívoco na juntada daquele documento, não gerou prejuízo à Cemig." **Observa-se que o acórdão recorrido afastou a existência de qualquer prejuízo aos recorrentes com base no exame do conjunto fático dos autos, incidindo, no caso, a Súmula 7/STJ.**

[...].

8. Recurso Especial não provido.

(REsp 1740298/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 22/11/2018)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de AMBEV S.A..

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator